

IMPACTO DA INFLAÇÃO NO CONSUMO BÁSICO NA PANDEMIA DE COVID-19¹

(Natasha Canto da Silva)²

Resumo: A inflação gera incertezas na economia e implica diretamente na diminuição do poder de compra da moeda que, conseqüentemente, afeta a renda dos indivíduos. Em 11 de março de 2020, após a Organização Mundial da Saúde caracterizar a Covid-19 como uma pandemia, medidas foram tomadas para detectar, proteger, tratar e reduzir a transmissão. Dentre as medidas estavam as restrições de circulação de pessoas e a paralisação das atividades enquadradas como não essenciais que, em conjunto com outros fatores, contribuíram com a alta da inflação. Desta forma, o objetivo principal deste artigo é analisar e compreender como a inflação, entre 2020 e 2022, impactou negativamente no consumo dos produtos que compõem a cesta básica brasileira e como os consumidores se adequaram e precisaram mudar seus hábitos alimentares. Para a realização do trabalho, a metodologia utilizada baseou-se em uma abordagem qualitativa, explicativa e bibliográfica.

Palavras-chave: Inflação de alimentos. Covid-19. Insegurança alimentar.

1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2019, o quilo da batata inglesa custava em média R\$ 4,75; o do café em pó R\$ 19,16; e o quilo do açúcar refinado R\$ 2,35. Já em 2022, no mesmo mês, a batata inglesa chegou a custar R\$ 5,60, enquanto o quilo do café em pó atingiu R\$ 36,08 e o açúcar refinado estava sendo vendido a R\$ 4,20 o quilo (DIEESE, 2022). Esse aumento generalizado nos preços é chamado de inflação e suas causas resultam de uma combinação de fatores decorrentes de diversos motivos como, por exemplo, a alta do preço do petróleo, a desvalorização do real brasileiro em comparação ao dólar, os fenômenos climáticos e até mesmo a crise sanitária mundial causada pela pandemia de COVID-19 (PACHECO, 2021).

A inflação, além de gerar incertezas na economia, implica diretamente na diminuição do poder de compra da moeda, o que acaba afetando na renda dos indivíduos. Em termos sociais, segundo Baccarin e Oliveira (2021), a inflação de alimentos acaba impactando com mais intensidade a população que dispõem de uma renda menor, já que a maior despesa desta camada social está diretamente ligada à alimentação. Neste caso, a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional acaba se agravando, pois o acesso à alimentos com maior qualidade nutricional se torna mais limitado, gerando a substituição por produtos de qualidade inferior.

¹ Artigo apresentado à Unidade de Aprendizagem Trabalho de conclusão de curso em Economia, ministrada pelo Prof^o. Joseane Borges de Miranda, doutora. E-mail: josenae.miranda@animaeducacao.com.br. 2022.

² Acadêmico do curso Ciências Econômicas da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: cantonatasha@gmail.com

Estabelecida a partir do Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário-mínimo no Brasil e continua em vigor, a Cesta Básica de Alimentos, também conhecida como Ração Essencial Mínima, foi criada no intuito de garantir o sustento e bem-estar de um trabalhador, em idade adulta, durante um mês. Composta por 13 itens alimentícios, que possuem quantidades balanceadas de nutrientes, a cesta se difere por regiões, sendo em três configurações regionais e uma nacional. Mensalmente, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE acompanha, através da coleta de dados, a evolução do poder de compra dos salários dos trabalhadores, comparado ao preço da alimentação básica. Desta forma, o decreto determina que a parcela do salário-mínimo correspondente aos gastos com alimentação não pode ter valor inferior ao custo da Cesta Básica Nacional (DIEESE, 2021).

Segundo o estudo divulgado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, em setembro de 2021, considerando os últimos 12 meses, constatou-se que a inflação dos alimentos que compõem a cesta básica chegou a atingir 12,67%, dois pontos percentuais acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador este que tem como objetivo medir a inflação de um grupo de produtos e serviços que são consumidos por famílias com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos (IBGE, 2022).

Neste contexto, a partir de uma pesquisa descritiva quantitativa, o presente estudo tem como objetivo analisar como a inflação impactou negativamente no consumo dos produtos que compõem a Cesta Básica de Alimentos e como os consumidores precisaram se adequar e mudar seus hábitos alimentares. Já o objetivo específico foi analisar a inflação de alimentos da cesta básica durante os dois primeiros anos da pandemia do Covid-19, no período de 2020 a 2022; Analisar como o poder de compra dos brasileiros foi impactado com a inflação; E demonstrar como os consumidores precisaram mudar seus hábitos alimentares diante da alta dos preços dos alimentos.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, para uma melhor compreensão do leitor no trabalho como um todo, será necessário explicar conceitos básicos, definições e classificações sobre o objeto de estudo.

2.1 O SURGIMENTO DA MACROECONOMIA A PARTIR DE UMA CRISE

Após a Grande Depressão em 1929, que ocorreu por conta da quebra da bolsa de valores de Nova York, consequente de uma crise de superprodução, desemprego e especulação financeira, o economista John Maynard Keynes iniciou o seu interesse pela Macroeconomia. Colocando as ideologias da época em questionamento, Keynes, em 1936, através do seu livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, argumentou e defendeu a intervenção do Governo na economia, a fim de superar recessões e gerar bem-estar social (SAMPAIO, 2018). Exaltando a importância de Keynes na economia, Nordhaus e Samuelson (2012) afirmaram que o economista britânico apresentou uma nova forma de enxergar a macroeconomia e a política macroeconômica, já que os economistas e autoridades da época aceitavam os ciclos econômicos como acontecimentos inevitáveis, assim como acontecem com as marés.

Segundo a classificação de Lopes (2018), a Macroeconomia é uma área da economia que tem como objetivo estudar e entender o comportamento das variáveis macroeconômicas de um país como a inflação, o desemprego, o Produto Interno Bruto – PIB, a taxa de câmbio, entre outras variáveis, que serão vistas mais adiante. Além disso, a Macroeconomia também se propõe a buscar alternativas, sendo de regulação ou intervenção, visando melhorias para o bem-estar de uma sociedade.

Diferente da microeconomia, que estuda o comportamento das unidades econômicas de cada indivíduo, tais como o comportamento das famílias, das empresas e dos mercados nos quais operam, a Macroeconomia lida com os mercados de uma forma global, preocupando-se sempre com as questões conjunturais de curto prazo, como o desemprego e a inflação, já citados anteriormente. Dado que Macroeconomia e Microeconomia fazem parte do conjunto da economia, pode-se afirmar que não há um conflito entre as duas áreas, pois cada uma enfatiza suas questões com diferentes focos (VASCONCELLOS, 2015).

2.2 INDICADORES MACROECONÔMICOS

Dentre as variáveis mais importantes pode-se destacar: o PIB, o desemprego, a taxa de câmbio, a taxa de juros e a inflação.

2.2.1 Produto interno bruto

Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e considerado como o melhor indicador para analisar o desempenho de uma economia, o PIB corresponde a

soma de todos os bens e serviços finais, em um determinado período (geralmente um ano), que são produzidos dentro de um país, estado ou cidade (MANKIW, 2021).

Apesar de parecer simples, Mankiw (2019) ressalta que surgem muitas questões quando o PIB de uma economia é calculado, portanto deve-se considerar sua definição com bastante atenção. Exemplificando, o autor explica que o PIB corresponde a soma de diversos produtos que são produzidos na economia e vendidos de forma legal, desde alimentos e vestuário (bens tangíveis), até serviços de saúde e aluguel de moradia (bens intangíveis), sempre levando em consideração os preços de mercado (aquilo que as pessoas estão dispostas a pagar). Desta forma, se um produto for o dobro do preço de outro, quer dizer que um irá contribuir mais do que o outro para o PIB. Contudo, o mesmo autor reforça que o PIB desconsidera tudo o que é produzido e vendido de forma ilegal e/ou aqueles itens que são produzidos e consumidos em casa, que não são vendidos em um mercado.

Mesmo sendo um importante indicador para a economia, contribuindo para a compreensão do desempenho produtivo de um país, o PIB não expressa fatores importantes como qualidade de vida, distribuição de renda, educação e saúde, pois podem ocorrer casos de um país ter um PIB baixo, mas com um padrão de vida altíssimo ou um PIB alto com um padrão de vida baixo (IBGE, 2022).

2.2.2 Taxa de desemprego

Partindo da afirmativa de Feijó (2008) onde atualmente o desemprego é um dos mais graves problemas socioeconômicos que um país pode sofrer, e definido por Kennedy (2014) como a relação entre o número de *desempregados* (pessoas que querem trabalhar, porém não conseguem colocação no mercado de trabalho) e a *força de trabalho* (população de certa idade que está em plena capacidade de ter um emprego), a taxa de desemprego é um indicador econômico calculado pelo IBGE.

Considerando para o seu cálculo toda a População em Idade Ativa (dez ou mais anos de idade), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua coleta dados com o intuito de mostrar quantas pessoas encontram-se desempregadas no Brasil. A partir dessa metodologia, o IBGE destaca que para um indivíduo ser considerado como desempregado não basta apenas não ter um emprego e, seguindo a classificação, os universitários, donas de casa que não trabalham fora e empreendedoras que possuem o próprio negócio passam a ser considerados como ocupados (IBGE, 2022).

Desta forma, através da taxa de desemprego é possível analisar a situação econômica de um país, já que segundo a afirmativa de Matias (2020) “o desemprego gera consequências em toda a sociedade. Isso porque, com ele, há uma redução do número de pessoas com renda fixa, o que diminui o consumo e, conseqüentemente, afeta o giro da economia”.

2.2.3 Taxa de câmbio

Já a taxa de câmbio é o preço que corresponde ao valor pelo qual moedas estrangeiras são comercializadas, ou seja, quando ocorre uma troca entre duas unidades monetárias diferentes (ENAP, 2016). Por exemplo, “se a taxa de câmbio do dólar é 3,10, significa que um dólar dos Estados Unidos custa R\$ 3,10. A taxa de câmbio reflete, assim, o custo de uma moeda em relação à outra” (BACEN, 2022).

Por se tratar de um dos principais preços relativos da economia, a taxa de câmbio tem influência direta na composição da estrutura produtiva de um país e em seu desempenho macroeconômico. Relacionada tanto com o mercado de bens quanto com o de serviços, a taxa de câmbio acaba se tornando uma variável bastante complexa e o seu comportamento reflete a competitividade da economia. Sendo assim, também ocorre um impacto direto nos preços, “tanto em função dos custos dos produtos importados como pela maior atratividade para a venda de produtos nacionais ao exterior” (DEPECON, 2014).

Outro canal importante de transmissão da política monetária é o da taxa de câmbio, principalmente em economias abertas. Quando a taxa de juros sobe, a moeda doméstica tende a se valorizar (o dólar fica mais barato frente ao Real), diminuindo o nível de preços dos bens comercializáveis internacionalmente quando expressos em moeda nacional. A taxa de câmbio afeta a inflação por dois mecanismos. O primeiro é a diminuição dos preços de bens de consumo importados e de insumos utilizados na produção de bens. O outro efeito ocorre por meio da demanda agregada. O dólar mais barato desincentiva as exportações e estimula as importações. Com isso, a demanda por bens domésticos cai, reduzindo a pressão sobre o nível de preços. (BACEN, 2022, p.1).

Mesmo possuindo um mercado de câmbio flutuante, quando o valor da taxa é definido baseando-se nas condições do mercado (lei da oferta e da procura), a autoridade monetária do Brasil intervém quando julga necessário uma estabilidade (BORGES, 2018).

2.2.4 Taxa Selic

Sendo uma das variáveis macroeconômicas mais importantes, a taxa Selic, que sua abreviação significa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, é uma das principais responsáveis por influenciar no desempenho de diversos investimentos e índices inflacionários. Referência para a economia brasileira e com o poder de afetar diretamente na vida das pessoas, a Selic é usada tanto para reduzir quanto para estimular o acesso ao crédito no país (TROMBETTA, 2022).

Também utilizada como um instrumento para controlar a inflação, a taxa Selic permite que o banco central realize reajustes de acordo com suas necessidades. Por se tratar da taxa básica de juros, a Selic acaba servindo de influência para as demais taxas cobradas no Brasil (MORI, 2021).

Considerando a importância da Selic, Mori (2021) reforça que é preciso compreender que os ajustes promovidos na taxa de juros não refletem resultados em curto prazo. Sendo assim, o autor explica que “cada ajuste promovido por um banco central leva alguns meses para ser percebido sobre a atividade econômica e sobre a inflação” e que, a partir desta afirmativa, as decisões tomadas pelo BACEN tendem a ser mais cautelosas (MORI, 2021).

2.2.5 Inflação

Responsável por impactar diretamente na perda do poder de compra da moeda, a inflação, na definição de Feijó (2008), consiste em um aumento do nível de preços de forma contínua, generalizada e desigual. No Brasil, a inflação pode ser percebida ao longo das últimas décadas em diferentes experiências inflacionárias, o que acabou tornando o tema como um dos mais discutidos na economia brasileira (LANZANA, 2016). Por conta disso, Santana (2018) ressalta que os períodos inflacionários no Brasil precisam ser enxergados e analisados de formas distintas, sempre levando em consideração que o histórico da inflação não resulta apenas de uma única origem e sim de diferentes motivos.

Em termos práticos, a inflação pode ser notada quando é preciso obter mais moeda para adquirir a mesma quantidade de bens e serviços, ou seja, se em janeiro uma cesta de produtos foi adquirida por R\$ 50,00 e no mês seguinte foi necessário despendar de R\$ 65,00 pela mesma cesta, isso significa que houve uma inflação de 30% no período.

Para medir esses cálculos o IBGE produz dois importantes índices de preços, sendo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que é utilizado oficialmente pelo governo como referência para as metas de inflação e alterações na taxa de juros, e tem como base a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 e 40 salários mínimos, e o

Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, que faz uma análise a partir do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 5 salários mínimos. Vale ressaltar que o grupo analisado pelo INPC é muito mais impactado com variações de preços, já que normalmente utilizam todo o seu salário para o consumo de itens básicos, como por exemplo a alimentação. (IBGE, 2022).

A inflação gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, assim, prejudicando o crescimento econômico. Os preços relativos ficam distorcidos, gerando várias ineficiências na economia. As pessoas e as firmas perdem noção dos preços relativos e, assim, fica difícil avaliar se algo está barato ou caro. A inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação. Inflação mais alta também aumenta o custo da dívida pública, pois as taxas de juros da dívida pública têm de compensar não só o efeito da inflação, mas também têm de incluir um prêmio de risco para compensar as incertezas associadas com a inflação mais alta. (BACEN, 2022, p.1).

Afirmando que controlar a inflação traz benefícios, Braga (2019) explica que o feito parte do princípio de um desequilíbrio macroeconômico e de difícil solução. Comprovando sua afirmativa, o autor usa como exemplo a experiência que o Brasil obteve no passado e que podem ser encontradas na história econômica do país.

Neto (2022) também alerta o quão é importante controlar a inflação. Relembrando as décadas de processo agudo inflacionário no qual o Brasil viveu, até que o Plano Real fosse implementado em 1994, o professor afirma que os efeitos da inflação são maléficos e afetam, principalmente, o desenvolvimento. Como principais pontos negativos ele destaca que a inflação reduz o orçamento das famílias e que chega a influenciar também nas decisões de consumo e investimento.

Para manter a inflação sob controle, o Banco Central do Brasil – BACEN utiliza-se da política monetária, que nada mais é do que um conjunto de medidas que visam controlar a quantidade de dinheiro e o valor da moeda na economia. Neste caso, fica sob responsabilidade do Conselho Monetário Nacional – CMN definir a meta de inflação anual, com seus intervalos de tolerância, para que o BACEN adote as medidas necessárias para alcançar a meta determinada. Atualmente, o CMN se reúne no mês de junho para definir a meta de inflação de três anos à frente. Mediante as expectativas de inflação, o Comitê de Política Monetária – COPOM, que é um órgão do BACEN, define a cada 45 dias a taxa básica de juros da economia, também conhecida como taxa Selic (BACEN, 2022).

2.2.5.1 Tipos de inflação

A inflação pode ocorrer a partir de diversos fatores e, para uma melhor compreensão do leitor sobre os impactos que isto pode causar no consumo básico, se faz necessário conhecer quais são os seus tipos e o motivo pelo qual esses fatores geram aumento nos preços. Sendo assim, de acordo com Vasconcellos (2015), é útil classificar a inflação baseando-se em fatores causais, que podem ser divididos em inflação de demanda, inflação de custos, inércia inflacionária e inflação de expectativas.

A inflação de demanda é conhecida como a mais clássica de todas e ocorre quando a demanda agregada é maior do que a oferta agregada, ou seja, “dinheiro demais à procura de poucos bens” (VASCONCELLOS, 2015). Para uma melhor compreensão, Vasconcellos (2015) explica e ilustra graficamente a inflação de demanda, como mostra a figura 01, onde é possível observar e compreender que “a curva de oferta agregada OA permanece praticamente estável, enquanto a demanda agregada DA é elevada de DA₀ para DA₁”.

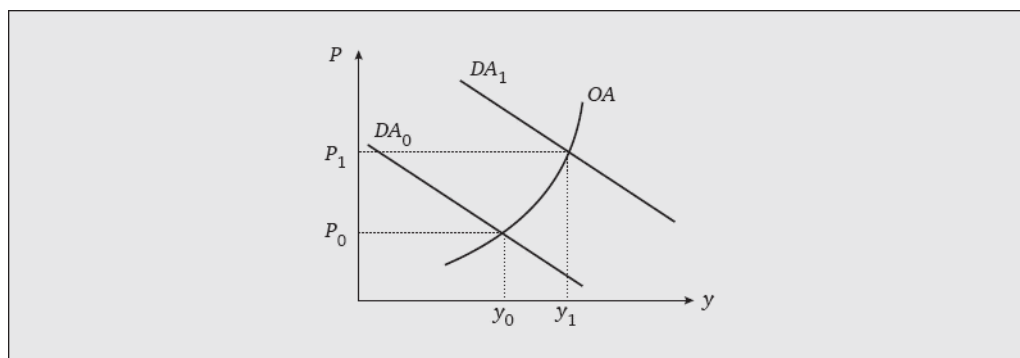


Figura 01: Inflação de Demanda

Fonte: VASCONCELLOS, 2015 - Micro e Macro.

Como o volume de dinheiro é maior do que os bens e serviços disponíveis, os consumidores acabam pagando pelos valores de mercado e, em consequência disso, um excesso de demanda acaba interferindo diretamente em um aumento de preços.

Assim como o próprio nome diz, a inflação de custos é causada por pressões dos custos no qual ocorre um repasse direto para os preços. Dentre os fatores que causam aumento nos custos, Lanzana (2016) destaca cinco, sendo eles: Taxa de juros, onde um aumento eleva os custos de produção; Desvalorização cambial, que afeta diretamente no aumento dos preços de produtos importados; Os preços externos, especialmente quando se fala sobre as commodities; O custo da mão de obra, quando o aumento é causado a partir elevação de salário nominal; E, por fim, o aumento de impostos, que pressionam os preços de produtos e serviços.

Vasconcellos (2015) explica e ilustra a inflação de custos pelas curvas de oferta e demanda agregada, como mostra a figura 02.

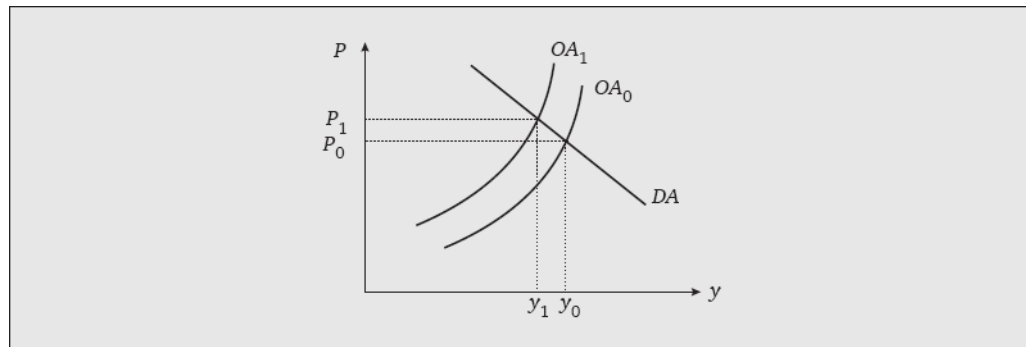


Figura 02: Inflação de Custos

Fonte: VASCONCELLOS, 2015 - Micro e Macro.

Desta forma, é possível observar que quem permanece relativamente estável é a demanda agregada DA , enquanto a oferta agregada OA retrai-se de OA_0 para OA_1 .

Diferente dos tipos de inflação citados anteriormente, a inflação inercial é causada a partir dos mecanismos de indexação na economia, ou seja, quando a inflação atual tem como base a inflação passada. Desta forma, VALENTE (2008) aponta que há dois mecanismos de indexação, sendo eles formal (salários e aluguéis, por exemplo) e informal (reajustes de preços no comércio, tarifas públicas etc.).

Já a inflação de expectativas é impulsionada a partir da preocupação dos agentes em resguardar suas margens de lucro. Desta forma, o aumento de preços está diretamente associado a previsões de acontecimentos futuros. É possível tomar como exemplo as mudanças de governo, onde os empresários buscam lucrar, de forma antecipada, já prevendo um aumento dos custos no futuro (VASCONCELLOS, 2015).

2.3 CESTA BÁSICA NO BRASIL

Em 30 de abril de 1938, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, a Cesta Básica de Alimentos foi estabelecida com base no decreto Lei nº 399, que regulamenta o salário-mínimo no Brasil. A partir do decreto, foi determinado que a estrutura de gastos de um

trabalhador seria dividida em cinco partes, onde a soma total deveria corresponder a 100%. Sendo assim, os gastos foram estruturados da seguinte forma: habitação, alimentação, vestuário, transporte e higiene. Considerando essa divisão, o decreto Lei nº 399 determinou que parte do salário-mínimo correspondente aos gastos com alimentação não poderia ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional. Diante da regulamentação foi estabelecida uma lista composta por treze itens separados por regiões, com suas respectivas quantidades (DIEESE, 2022).

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Tabela 01 Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399 de 1938
Fonte: DIEESE (2021)

Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal. **Região 2** – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Também chamada de Ração Essencial Mínima, a cesta apresentada na tabela acima foi determinada para suprir o sustento alimentar de um trabalhador em idade adulta. O DIEESE, através da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – PNCBA, realiza um levantamento de preços dos itens da cesta, onde é possível observar uma média do custo dos alimentos básicos que são consumidos pelos brasileiros. Desta forma, o levantamento que é realizado mensalmente permite que seja feito um acompanhamento entre o preço da alimentação básica e quantas horas um trabalhador precisa cumprir para que consiga adquirir a cesta (DIEESE, 2022).

Considerando que o cálculo é feito a partir da divisão do salário-mínimo vigente pela jornada de trabalho de 220 por mês, observa-se a partir dos resultados apresentados pelo DIEESE, conforme a tabela 02, que para adquirir os itens da cesta básica em 2021 o salário-mínimo necessário precisaria ser muito superior ao salário-mínimo nominal.

Período	Salário-mínimo nominal	Salário-mínimo necessário
2021		
Dezembro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.800,98
Novembro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.969,17
Outubro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.886,50
Setembro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.657,66
Agosto	R\$ 1.100,00	R\$ 5.583,90
Julho	R\$ 1.100,00	R\$ 5.518,79
Junho	R\$ 1.100,00	R\$ 5.421,84
Maio	R\$ 1.100,00	R\$ 5.351,11
Abril	R\$ 1.100,00	R\$ 5.330,69
Março	R\$ 1.100,00	R\$ 5.315,74
Fevereiro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.375,05
Janeiro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.495,52

Tabela 02 Salário-mínimo nominal e necessário
Fonte: DIEESE (2021)

Com o passar dos anos o salário-mínimo é reajustado, porém é possível notar que o aumento não fica superior à inflação, o que torna claro a perda do poder de compra do trabalhador (DANTAS, 2021).

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo, considerando os 13 itens que compõem a Cesta Básica Nacional, o presente estudo mostrou que, durante os dois anos de pandemia (Covid-19), houve uma mudança no consumo alimentar das famílias – especialmente daquelas com menor renda. Observou-se que, neste período, diversos fatores contribuíram para uma crise na economia brasileira, impulsionando a um aumento constante nos preços, principalmente nos itens básicos e essenciais. O levantamento dos dados baseou-se em fontes secundárias divulgadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Pesquisa (IBGE), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

3.1 HISTÓRICO E METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL

Pressionada, principalmente, por uma crise sanitária (Covid-19), seguida de questões climáticas – que afetaram a agricultura – e das incertezas geradas pelo governo, a inflação no Brasil impactou significativamente o custo de vida das famílias, atingindo níveis recordes que não eram vistos há décadas. Segundo o IBGE, gráfico 01, em 2021, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou em 10,06%, maior taxa acumulada no ano desde 2015, quando atingiu 10,67%.



Gráfico 01: Inflação ao longo dos últimos anos

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo IBGE, 2021.

Usando como comparativo os anos de 2018 e 2019, antecedentes à decretação do estado de pandemia pela organização mundial da saúde - em relação ao coronavírus - as metas de inflação, gráfico 02, se mantiveram dentro do limite mínimo e limite máximo estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2020 a meta de 4,0% se manteve dentro dos limites, porém, em 2021, houve um estouro muito acima do esperado, onde a meta era de 3,75%.

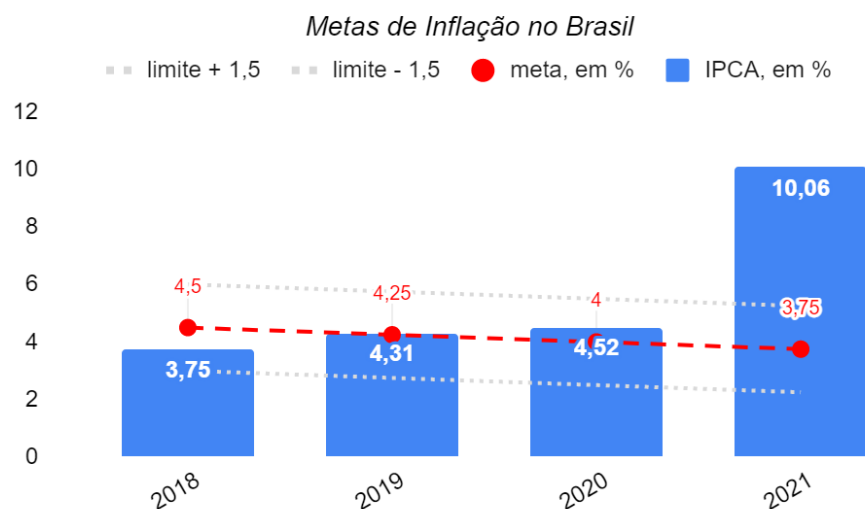


Gráfico 02: Metas de Inflação no Brasil

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo Conselho Monetário Nacional, 2021.

3.2 AUXÍLIO EMERGENCIAL E SEUS EFEITOS

No intuito de atenuar a crise econômica decorrente aos efeitos causados pela pandemia do coronavírus, principalmente da classe em situação mais vulnerável, e aqueles que perderam suas fontes de renda, o Poder Legislativo do Brasil tomou a iniciativa de implementar uma renda emergencial, baseada em ações de vários países que estavam passando pela mesma situação, no qual foi sancionada em 1 de abril de 2020. Repassados mais de R\$ 300 bilhões aos beneficiários, segundo o Ministério da Cidadania, o auxílio emergencial atendeu mais de 68,2 milhões de pessoas. Após o pagamento das parcelas, diante de uma situação crítica no país, já que a última marcante pandemia foi em 1918 (Gripe Espanhola) e, na época, não se havia o avanço tecnológico e de informações como atualmente, é indiscutível afirmar que a experiência do AE levou alento a diversas famílias. Segundo um levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), em junho de 2020, por conta do benefício, o Brasil registrou a menor taxa de pobreza extrema em 44 anos.

Cabe ressaltar que a pandemia causou um choque simultâneo de oferta e de demanda sobre a economia. A necessidade de isolamento social, medida adotada para frear a propagação da doença, fez com que os principais setores da economia, principalmente as indústrias, fossem os mais prejudicados. Houve uma paralisação das operações e, diante da necessidade de consumo, alguns hábitos precisaram ser modificados.

Comparado a 2019, o primeiro ano de pandemia chegou a registrar uma queda de 4,1% no PIB, maior recuo anual série iniciada em 1996, conforme mostra o gráfico 03. Essa queda foi o suficiente para interromper um crescimento que vinha de três anos, quando o PIB acumulava uma alta de 4,6%. Em 2020 o PIB per capita alcançou R\$ 35.172.

PIB: variação em relação ao ano anterior (%)

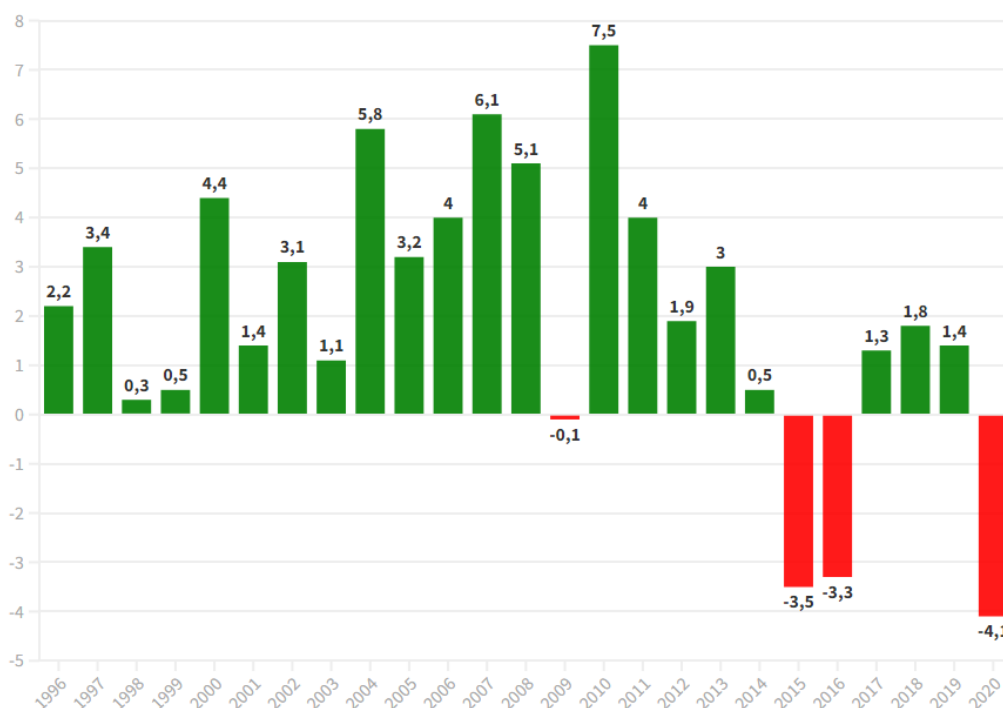


Gráfico 03: PIB: variação em relação ao ano anterior (%)

Fonte: Elaboração do site Economia UOL com dados divulgados pelo IBGE, 2021.

3.3 PERDA DO PODER DE COMPRA

Mesmo diante das parcelas estabelecidas pelo Governo, pouco menos de 1 ano depois do início do pagamento do AE, o dragão da inflação - velho conhecido dos brasileiros - voltou a assombrar e corroer o poder de compra dos consumidores, principalmente os de baixa renda. Em junho de 2018, por exemplo, para se encher um carrinho, gráfico 04, com os itens da cesta básica, da Região 1 - São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal - o consumidor precisava de R\$442,44. Dois anos depois, em 2020, era necessário desembolsar R\$539,00 para a compra dos itens. Já em 2022, considerando os

valores até o mês de junho, houve uma alta de 64,62% na cesta básica comparado a 2018, e para adquirir todos os itens da cesta eram necessários R\$728,35.

Média Cesta Básica - Região 1

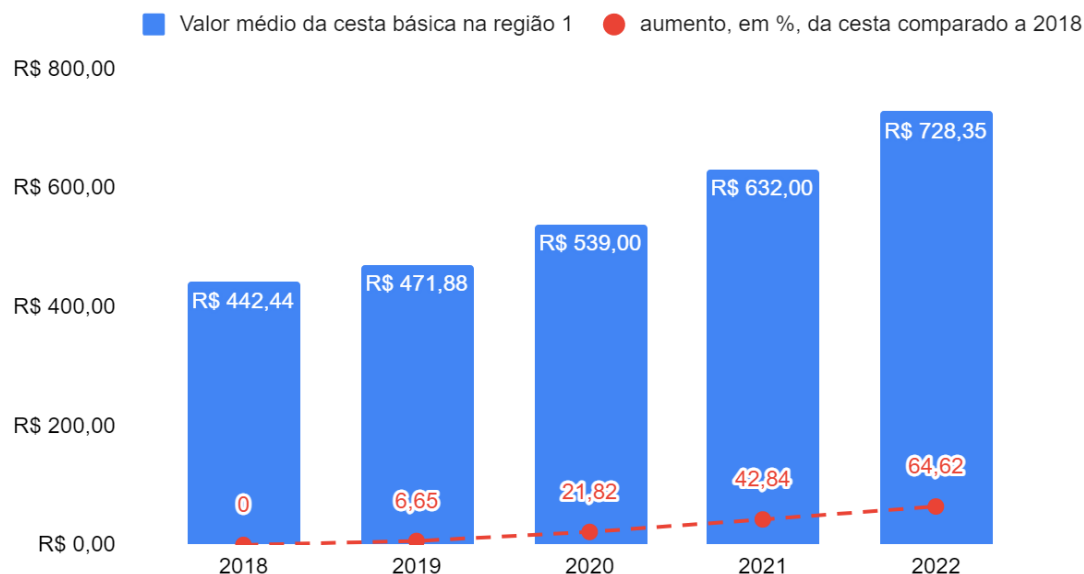


Gráfico 04: Média Cesta Básica - Região 1

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo DIEESE, 2022.

Produtos da Cesta Básica, da Região 1, e suas respectivas quantidades - 6 quilos de carne, 7,5 litros de leite, 4,5 quilos de feijão, 3 quilos de arroz, 1,5 quilos de farinha de trigo, 6 quilos de batata, 9 quilos de Tomate, 6 quilos de pão francês, 600 gramas de café em pó, 90 unidades de banana, 3 quilos de açúcar, 750 gramas de banha/óleo e 750 gramas de manteiga.

Os preços dos alimentos da cesta básica nacional, principalmente daqueles que são commodities, seguiram muito elevados no ano de 2021, segundo ano da pandemia (Covid-19). As causas se dão por conta da demanda externa estar aquecida, onde o dólar acabou se tornando mais atraente para as exportações. Os problemas climáticos e os elevados preços nos custos de produção, e transporte, também acabaram influenciando negativamente nos preços.

Dos 13 itens da cesta básica, boa parte deles tiveram altas significativas. Em dezembro de 2020 até o mesmo mês de 2021, a carne bovina de primeira, seguido do açúcar, óleo de soja e o café em pó, tiveram seus preços comprometidos. O DIEESE registrou que, durante o período, houve um aumento de 18,76% na carne bovina em Porto Alegre, o açúcar chegou a registrar uma alta de 73,25% em Curitiba, o café em pó sofreu uma alta de 112,44% em Vitória e, na mesma capital, o óleo de soja teve um aumento de 12,08%.

No ranking do grupo de alimentos, de janeiro de 2021 a janeiro de 2022, gráfico 05, o café em pó liderou a inflação com uma alta de 69,71%. O aumento significativo se deu por conta de questões climáticas, alta do dólar e o alto preço dos fertilizantes, já citado anteriormente, o que fez com que o custo de produção aumentasse diante de menos grãos disponíveis para colheita. Mesmo o Brasil sendo o maior produtor do mundo, o famoso “cafezinho”, que antes era um item básico na mesa de muitas famílias brasileiras, hoje já não pode ser consumido com tanta frequência por conta do preço. Seguido do café, o açúcar também teve uma alta muito significativa.

Itens da Cesta Básica que mais subiram em 12 meses até janeiro de 2022, em %

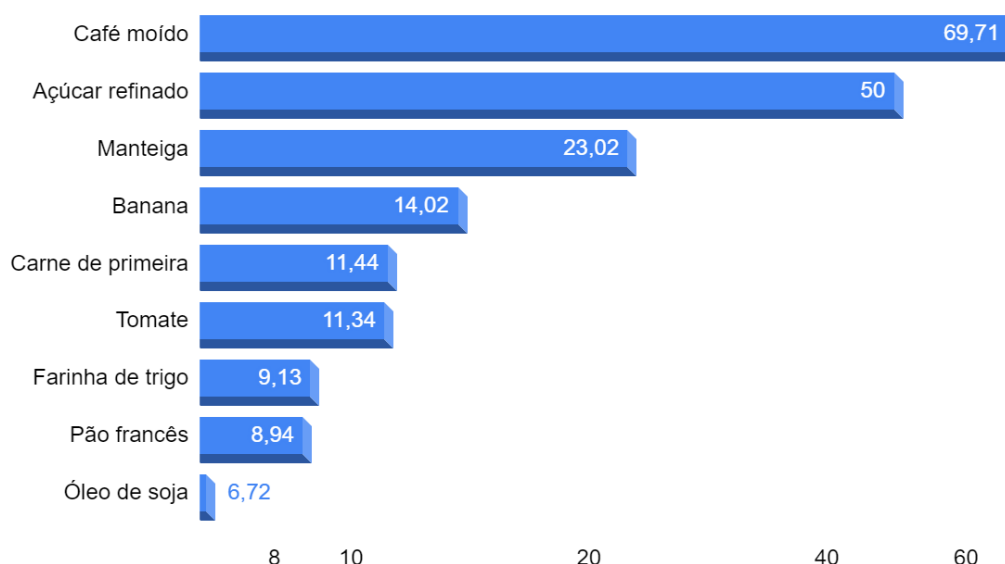


Gráfico 05: Itens da Cesta Básica que mais subiram em 12 meses até janeiro de 2022, em %

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo DIEESE, 2022.

Produtos da Cesta Básica na capital paulista - pertencente a Região 1 - no qual apresentou alta de 3,38%, na comparação com dezembro de 2021, e custou R\$713,86, o maior valor entre as 17 cidades onde o DIEESE realizou a pesquisa.

Na lista dos vilões da inflação, a carne bovina foi um dos itens que o brasileiro mais sentiu o impacto. De acordo com o Ipea, os intensos ritmos de exportação e a baixa disponibilidade de boi gordo no pasto foram os principais responsáveis por fazer o consumidor precisar substituir a carne bovina por outra proteína animal ou, na maioria das vezes, ficar sem ela. Se em 2018, com o salário mínimo da época, era possível comprar 52kg de carne bovina, em 2021 o poder de compra foi reduzido para 32,3kg. Desta forma, as famílias brasileiras, principalmente aquelas que com menor renda, se viram na obrigação de mudar seus hábitos alimentares e o medo da fome voltou a assombrar uma grande parcela da

população. Um estudo apontado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra que, em 2021, houve a menor quantidade consumida de carne vermelha - per capita - em 25 anos, gráfico 06.

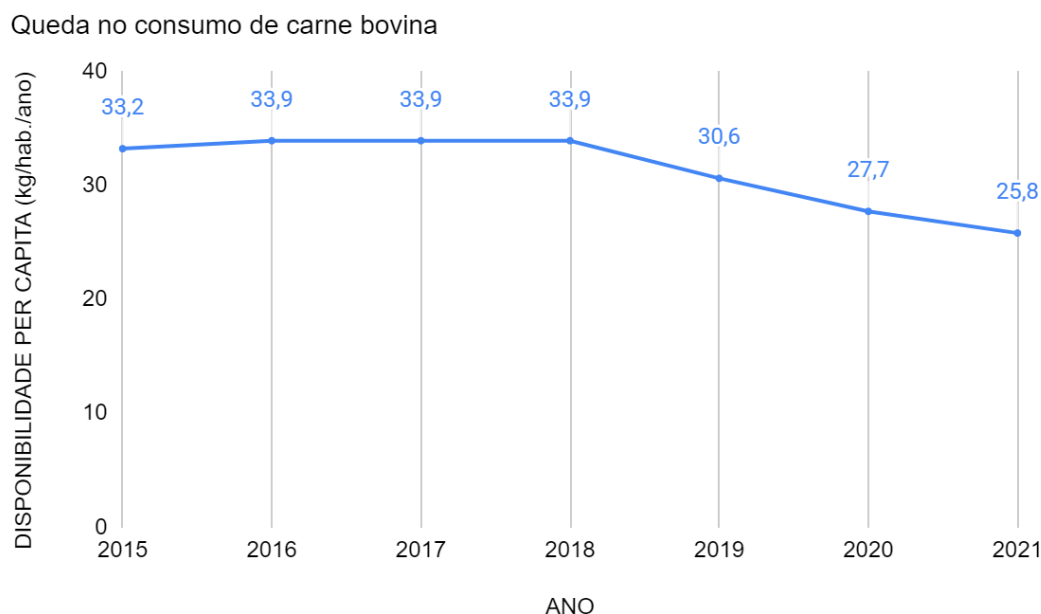


Gráfico 06: Queda no consumo de carne bovina

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo CONAB, 2021.

Com o aumento significativo dos preços, muitos brasileiros, na tentativa de inserir uma proteína no prato, passaram a consumir carne de porco, ovos, alimentos ultraprocessados (salsicha, hambúrguer, linguiça) ossos, pés de galinha, pescoço, miúdos e, até mesmo, a carcaça de frango. Além da proteína de origem animal, o arroz e o feijão se tornaram menos frequentes nas refeições, já que, durante a pandemia - num acumulado de 12 meses - houve um aumento de mais de 60% no preço desses itens, como apontou um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) .

Diante de uma inflação em altos patamares, no qual foi estabelecido pelo decreto Lei nº 399 que a Cesta Básica Nacional, composta por 13 itens alimentícios (contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo), seria suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, acaba fugindo da realidade. Considerando o preceito constitucional de que um salário mínimo deve atender as necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência) do trabalhador e de sua família, o salário mínimo necessário foge completamente do salário mínimo nominal, gráfico 07.

Salário Mínimo Nominal x Salário Mínimo Necessário

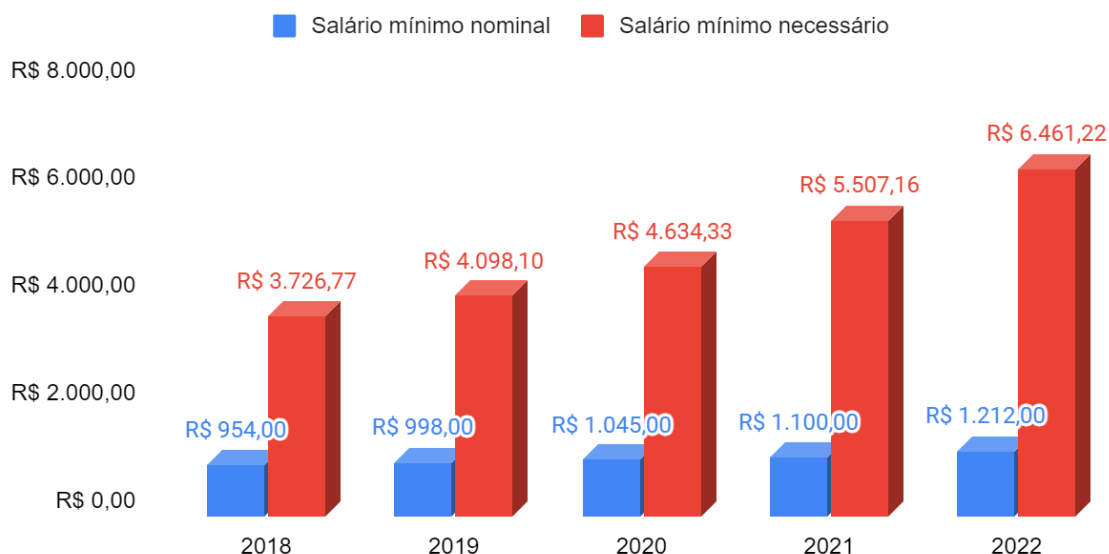


Gráfico 07: Salário Mínimo Nominal X Salário Mínimo Necessário

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo DIEESE, 2022.

Os dados revelam que em 2021, para suprir todas as necessidades de uma família - família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças - era necessário pouco mais de 5 salários mínimos, muito diferente da realidade.

Apesar da diminuição ser evidente durante o início da pandemia, já que o auxílio levou alento para parte da população com uma ajuda financeira representando quase a metade da renda das famílias, que fazem parte da base da pirâmide social, é evidente que, passado esse período, houve um aumento significativo nas taxas de pobreza no Brasil mediante a inflação em alta e o término do AE.

3.5 INFLAÇÃO: UM BREVE COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Também sofrendo com uma forte crise inflacionária, assim como diversos países, a Argentina, em 2021, fechou o ano com uma das taxas de inflação mais altas do mundo, segundo o estatal Instituto de Estadísticas. Durante um período de 12 meses, o país vizinho sofreu um aumento de 50,3% no preço dos alimentos. Na tentativa de controlar a inflação, proteger a população da especulação de preços e garantir o acesso a produtos de consumo massivo, o governo argentino fixou uma lista de 1.432 preços de produtos de um programa de tabelamento de preços. Para a lista foram estipulados produtos da cesta básica argentina, composta de produtos de higiene pessoal, limpeza, alimentos e bebidas. Num comparativo

com os itens que também fazem parte da Cesta Básica Nacional do Brasil, é possível observar o intenso descontrole de preços no período entre julho de 2021 a julho de 2022, conforme o gráfico 08.

Inflação Argentina x Brasil, entre julho de 2021 a julho de 2022, em %

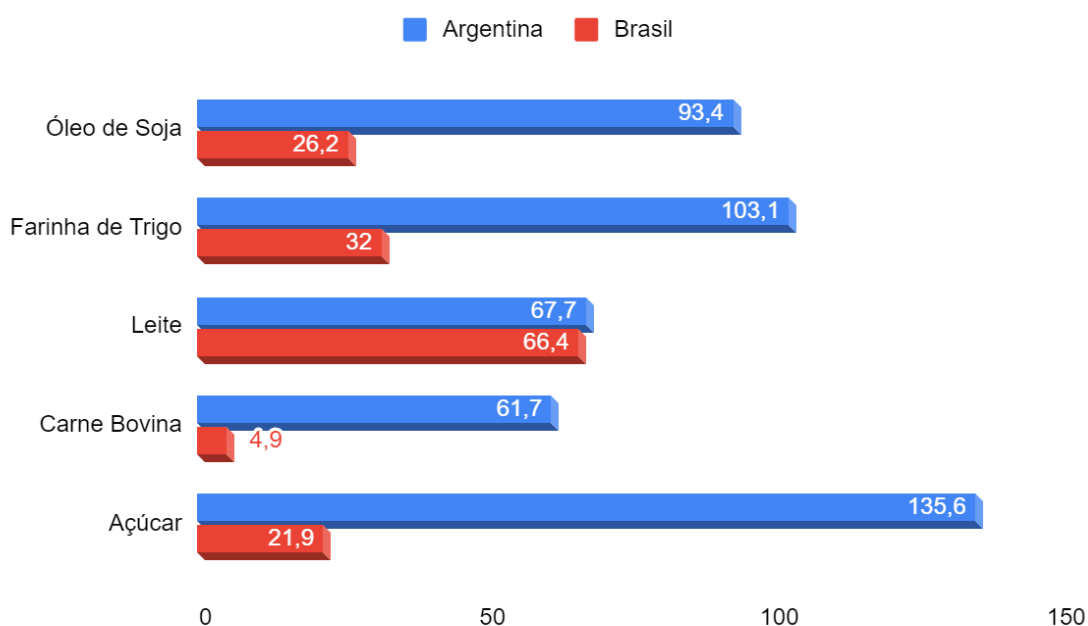


Gráfico 08: Inflação Argentina x Brasil, entre julho de 2021 a julho de 2022, em %

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo BBC News Mundo, 2022.

Ao fixar os preços dos produtos essenciais, a produção na Argentina acabou sendo diretamente afetada, já que as empresas acabaram tendo mais prejuízo do que lucro em suas operações. Também por falta de trabalhadores, que ficaram doentes por conta da Covid-19, a promessa de abastecimento de produtos acabou sendo prejudicada, o que fez com que o governo federal local chegasse a ameaçar multar essas empresas pelo não cumprimento do combinado. Além da fixação de preços, no início da pandemia, o governo de Alberto Fernández concedeu a quase 9 milhões de argentinos um pagamento mensal de 10.000 pesos, durante três meses que, na época, equivalia a U\$116 ou R\$800,00. No auge da pandemia a Argentina chegou a ter o PIB recuado em 19,1%.

Variação trimestral PIB: Argentina x Brasil

Em % sobre o trimestre anterior

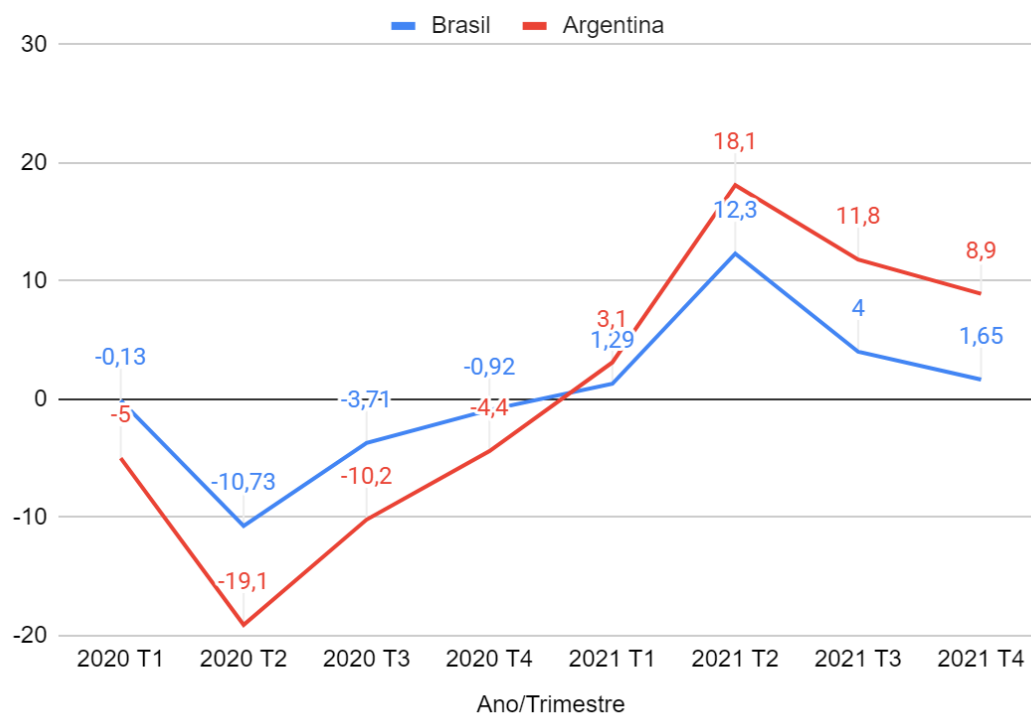


Gráfico 09: Variação trimestral PIB: Argentina x Brasil, entre 2021 e 2022, em %

Fonte: Elaboração própria usando dados divulgados pelo Country Economy, em 2022.

Visando um crescimento do PIB para os próximos anos, o projeto de lei orçamentária do país vizinho ao Brasil projetou um crescimento de 2% para 2023, tendo em vista que a economia argentina cresceu 6,9% no 2º trimestre de 2022. Já no Brasil, segundo o Ministério da Economia, a projeção é de 2,1% para o mesmo ano.

De acordo com o Ministério da Economia da Argentina, o país, no primeiro trimestre de 2022, acumulou uma dívida de 80,1% do PIB, onde 55% do estoque de endividamento é em moeda estrangeira. Isso significa que, segundo os dados divulgados, a Argentina deve além do que o total de sua economia. Comparado ao Brasil, que possui 78,5% do PIB, as reservas internacionais da Argentina chegam a 39,5 bilhões de dólares, já o Brasil acumula 378,4 bilhões, o que difere um país do outro, mesmo que possuam um percentual de dívida muito parecido. Por não confiar na moeda local, já que historicamente o país vem enfrentando diversas crises inflacionárias, a Argentina possui uma economia que trabalha com duas moedas - o peso argentino e o dólar americano. Com as reservas cada vez mais em declínio, o país vizinho ao Brasil acaba afastando investidores e torna o cenário ainda mais difícil, já que

grande parte da dívida é em dólar e, para custeá-la, se faz necessário captar credores externos - diferente do Brasil que possui dívida em reais.

Após quase três anos desde que a covid-19 foi caracterizada como pandemia pela OMS, pôde-se vivenciar e observar o quanto uma crise sanitária tem o poder de impactar diretamente na economia de um país. Causando grandes choques mundiais, as perdas significativas de renda elevaram drasticamente os níveis de pobreza e desigualdade social, seguidas da redução do consumo e da atividade econômica.

Com o objetivo de frear a disseminação da covid-19, a Argentina, assim como o Brasil e outros diversos países, se mobilizou com um esquema vacinal visando atender o maior número de pessoas possíveis. Durante as campanhas, a Argentina chegou a bater o recorde de 350 mil aplicações em dois dias e, em 2022, já havia aplicado mais de 110 milhões de doses. No Brasil, o sistema público brasileiro, mais conhecido como Sistema Único de Saúde (SUS), também mobilizou a população através de campanhas e de uma equipe extremamente empenhada em garantir assistência a todos os brasileiros. No segundo semestre de 2022, o Brasil já havia ultrapassado a marca de 500 milhões de doses aplicadas (entre 1ª, 2ª e as doses de reforço). Segundo pesquisadores do Imperial College London, a estimativa é de que, no primeiro ano de sua existência, as vacinas contra a Covid-19 salvaram cerca de 20 milhões de vidas. Em nota divulgada pelo Ministério da Economia, foi declarado que a vacinação em massa contribuiu significativamente para a retomada da economia no país e, em consequência disso, uma recuperação nos níveis de consumo e geração de emprego.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se no tema de pesquisa, constatou-se que durante a pandemia de covid-19, especificamente entre 2020 e 2022, o consumo dos alimentos básicos - pertencentes a chamada cesta básica brasileira de alimentos - foi impactado negativamente e fez com que uma parcela significativa da população fosse obrigada a se adequar e mudar seus hábitos alimentares, despriorizando até mesmo os nutrientes necessários para cada indivíduo.

Na tentativa de amenizar as perdas de rendas causadas pelo isolamento social, logo após que foi declarada pandemia, o Governo Federal pagou um auxílio emergencial, no qual totalizou R\$ 300 bilhões distribuídos entre os beneficiários aptos ao recebimento. Ainda sim, com a distribuição do auxílio emergencial, constatou-se que o valor não supriu as necessidades básicas de famílias mais vulneráveis, por conta do aumento da inflação.

A inflação como um todo, principalmente dos itens que fazem parte da cesta, foi impulsionada por diversos fatores e diminuiu drasticamente o poder de compra das famílias brasileiras, o que elevou os níveis de pobreza e desigualdade social de forma notória. Entre 2018 e 2022, a cesta básica aumentou 64,62%, quando atingiu R\$728,35. O café, por exemplo, acumulou uma alta de 69,71% entre janeiro de 2021 a janeiro de 2022. Em 2022, para cobrir os preços elevados da inflação, seriam necessários 5 salários mínimos para o sustento de uma família de 4 pessoas, sendo composta por 2 adultos e 2 crianças, o que é totalmente diferente da realidade no período.

Diante das limitações financeiras, que dificultaram o acesso ao consumo dos 13 itens que são considerados básicos para uma alimentação, a grande maioria da população se viu na obrigação de encontrar alternativas mais acessíveis de preço e, em consequência desse fato, houve um aumento significativo no consumo de ultraprocessados, além das refeições como o almoço, por exemplo, serem substituídas por lanches rápidos e que impactam menos no orçamento do brasileiro.

Concluiu-se que o avanço da vacinação contribuiu e vem contribuindo significativamente para a retomada da economia, reduzindo as restrições e garantindo uma reabertura mais segura das atividades econômicas que, consequentemente, impulsionam as ofertas de emprego e aumentam o consumo.

REFERÊNCIAS

AFP - EXAME. Argentina projeta crescimento do PIB de 2% em 2023, mas pobreza também aumenta. Disponível em: <<https://exame.com/economia/argentina-projeta-crescimento-do-pib-de-2-em-2023-mas-pobreza-tambem-aumenta/>>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

ALVARENGA, Laura - FDR. Avanço da vacinação e retomada da economia estão ligadas; saiba como!. Disponível em: <<https://fdr.com.br/2021/10/01/avanco-da-vacinacao-e-retomada-da-economia-estao-ligadas-saiba-como/>>. Acesso em 26 de novembro de 2022.

ANDRADE, Rithyelle Elisa de Souza. O Aumento da vulnerabilidade social durante a pandemia da covid-19 no Brasil: uma análise do perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial entre 2020 e 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/62569/Vers%c3%a3o%20Final%20v.1_Rithyelle%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. de. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, continuidade e mudanças. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021002, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8661127. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Mecanismos de transmissão da política monetária. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/transmissaopoliticamonetaria>>. Acesso em 19 de junho de 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é inflação. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>>. Acesso em 5 de junho de 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Perguntas e respostas. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq_taxacambio>. Acesso em 28 de junho de 2022.

BBC. Inflação: compare em gráficos a alta de preços no Brasil e em 5 países da América Latina. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62758791>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

BLOOMBERG LÍNEA. Argentina descarta auxílio emergencial a trabalhadores em 2021. Disponível em: <<https://www.moneytimes.com.br/argentina-descarta-auxilio-emergencial-a-trabalhadores-em-2021/>>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

BORGES, Joni Tadeu, Márcio B. Câmbio - Mercado e Prática. Curitiba: InterSaberes, 2018.

BRAGA, Márcio B. Princípios de Economia - Abordagem Didática e Multidisciplinar. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

CAZARRÉ, Marieta - AGÊNCIA BRASIL. Famílias afetadas economicamente na Argentina receberão bônus. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/familias-afetadas-economica-mente-na-argentina-receberao-bonus>>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Oferta e Demanda de Carnes. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/analise-s-do-mercado/oferta-e-demanda-de-carnes>>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

DANTAS, Andressa da Silva. Análise das variações no preço da cesta básica e a percepção do consumidor. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/>>. Acesso em 28 de junho de 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 28 de junho de 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202201.html>>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202112cestabasica.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estudos sobre a Taxa de Câmbio no Brasil. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=139236>>. Acesso em 29 de junho de 2022.

FEIJÓ, Carmem A.; VALENTE, Elvio; LIMA, Fernando Carlos G. de C.; ARAUJO, Márcio S. Para Entender a Conjuntura Econômica. Barueri: Editora Manole, 2008.

FERRARI, Hamilton - PODER 360. Entenda em números por que a Argentina está em crise econômica. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/entenda-em-numeros-por-que-a-argentina-esta-em-crise-economica/>>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. CESTA BÁSICA RELATÓRIO ANUAL 2021. Disponível em: <<https://www.procon.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/CB-anual-2021.pdf>>. Acesso em 7 de outubro de 2022.

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Vacinação, pesquisa e transferência: iniciativas da Saúde fortalecem o SUS no combate à covid-19. Disponível em: <<https://portalfns.saude.gov.br/vacinacao-pesquisa-e-transferencia-iniciativas-da-saude-fortalecem-o-sus-no-combate-a-covid-19/>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

G1. Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>>. Acesso em 23 de novembro de 2022.

INÁCIO, Alexandre - BLOOMBERG LÍNEA. Consumo de carne bovina no Brasil é o menor em 28 anos. Disponível em: <<https://www.bloomberglinea.com.br/2021/12/29/consumo-de-carne-bovina-no-brasil-e-o-menor-em-28-anos/>>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Inflação. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em 5 de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB cresce 4,6% em 2021 e supera perdas da pandemia. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33066-pib-cresce-4-6-em-2021-e-supera-perdas-da-pandemia>>. Acesso em 6 de outubro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto - PIB. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em 6 de junho de 2022.

JORNAL DA GLOBO. Preço da carne subiu mais que o dobro da inflação nos últimos dois anos, diz Ipea. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/05/12/preco-da-carne-subiu-mais-que-o-dobro-da-inflacao-nos-ultimos-dois-anos-diz-ipea.ghtml>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

KENNEDY, Peter E. Macroeconomia em contexto: uma abordagem real e aplicada no mundo econômico. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

LANZANA, Antonio Evaristo T. Economia Brasileira - Fundamentos e Atualidade, 5ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016.

LOPES, Luiz M. Macroeconomia - Teoria e Aplicações de Política Econômica, 4ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018.

MALAR, João Pedro - CNN BRASIL BUSINESS. Inflação na Argentina chega a 60,7% em 12 meses, maior valor em 30 anos. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/inflacao-na-argentina-chega-a-607-em-12-meses-maior-valor-em-30-anos/>>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

MANKIW, N Gregory. Introdução à economia – Tradução da 8ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

MANKIW, N Gregory. Macroeconomia. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

MATIAS, Átila. Desemprego. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-desemprego-mundial.htm>>. Acesso em 28 de junho de 2022.

MORI, Rogério. Economia na real. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021.

NETO, Lauro Chaves. Inflação se deve a uma série de fatores. Disponível em: <<https://www.cofecon.org.br/2022/01/12/lauro-chaves-inflacao-se-deve-a-uma-serie-de-fatores/>>. Acesso em 5 de junho de 2022.

NORDHAUS, William; SAMUELSON, Paul. Economia. Porto Alegre: Grupo A, 2012.

PACHECO, Priscila. Por que os preços dos alimentos sobem tanto no Brasil. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/por-que-os-precos-dos-alimentos-sobem-tanto-no-brasil/>>. Acesso em 5 de junho de 2022.

SAMPAIO, Luiza Maria Sampaio Moreira D.; LENZA, Pedro. Macroeconomia esquematizado®. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SANTANA, Ana Laura de Miranda. O controle da inflação brasileira e os seus efeitos sobre a renda real da população. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

TREVIZAN, Karina - INVEST NEWS. Brasil x Argentina: por que a crise econômica do país vizinho é mais delicada?. Disponível em: <<https://investnews.com.br/economia/brasil-x-argentina-por-que-a-crise-economica-do-pais-vizinho-e-mais-delicada/>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

TROMBETTA, Renata. Entenda o que é taxa Selic e como ela afeta sua vida. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/te-explica/entenda-o-que-e-taxa-selic-e-como-ela-afeta-sua-vida/>>. Acesso em 27 de junho de 2022.

UOL. Argentina inicia campanha de vacinação contra covid-19 com a Sputnik V. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/12/29/argentina-inicia-campanha-de-vacinacao-contr-covid-19-com-a-sputnik-v.htm>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval D. ECONOMIA: Micro e Macro. São Paulo: Grupo GEN, 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval D.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia 6ED. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.